

## **A posse de cativos no Vale do Rio Piranga: concentração de capital e acentuação das desigualdades (Minas Gerais, 1804 – 1831)**

Mateus Rezende de Andrade\*

**Resumo:** Atrelada a conjuntura interpretativa acerca do reordenamento do espaço produtivo da capitania, a historiografia mineira recente destacou a tendência de concentração das posses de cativos nas primeiras décadas do século XIX. Preocupada em sustentar argumentos que mostravam diversificação produtiva e inversão de capitais da mineração ao setor agropecuário, negligenciaram elementos explicativos do contexto socioeconômico mais amplo. A partir de minuciosa análise da estrutura da posse de escravos numa região que se mostrou fecunda ao estudo das transições ocorridas na capitania de Minas Gerais, este artigo mostra como a concentração do capital escravista mercantil caminhou de mãos dadas à acentuação das desigualdades na sociedade mineira, redefinindo os significados de ser senhor de escravo.

**Palavras-chave:** Escravidão; Crise da mineração; Desigualdades socioeconômicas.

**Área Temática:** História Econômica e Demografia Histórica

---

\*Bolsista Capes. Doutorando no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais e integrante do Núcleo de Pesquisas em História Econômica e Demográfica (NPHEd/Cedeplar/UFMG). E-mail: [mateusandrade@ufmg.br](mailto:mateusandrade@ufmg.br)

## Introdução

Desde a década de 1980, a historiografia brasileira tem dado especial atenção à história de Minas Gerais, balizados pelos trabalhos de Roberto Borges Martins<sup>1</sup> e Laura de Mello e Souza<sup>2</sup>. O trabalho de Laura de Mello e Souza, voltado a uma orientação analítica dos aspectos culturais da história social de Minas Gerais, desmistificou narrativas que engrandeciam a riqueza da economia do ouro. Explorando o “falso fausto” que operava no imaginário das representações, aspecto que permitiu traçar a tese que em Minas Gerais não imperava a riqueza que a balança comercial expunha, mas, uma sociedade onde muitos dividiam a pobreza, composta por uma vasta camada social que a autora chamou de “protagonistas da miséria”.

Inspirados nos vieses interpretativos de Laura de Mello e Souza, outros trabalhos surgiram demonstrando as contradições daquela sociedade, singularmente hierarquizada.<sup>3</sup> Em função dos ritmos do seu povoamento culturalmente múltiplo<sup>4</sup> e das variadas formas de acesso às riquezas<sup>5</sup>, configurou um ambiente social irregular e, aos olhos da Corroa, incompleto<sup>6</sup>, no qual normas eram improvisadas e uma incômoda nobreza teve amplas condições para firmar suas bases de reprodução na Colônia.<sup>7</sup>

Paralelamente, o trabalho de Martins criou um longo debate entre historiadores preocupados com o reordenamento do espaço econômico mineiro<sup>8</sup>, o qual foi a base de novas interpretações que chamaram atenção para os sustentáculos da economia de Minas Gerais, relativizando a ideia de crise da mineração.<sup>9</sup> Assim, este artigo, valendo-se da categorização do espaço de transição que marcou a formação histórica do vale do Rio Piranga, lança luz sobre as várias transições vivenciadas no espaço produtivo de Minas Gerais, tendo por principais referências teóricas e metodológicas os trabalhos de Clotilde Andrade Paiva<sup>10</sup>, Marcelo Magalhães Godoy<sup>11</sup> e Mário Marcos Sampaio Rodarte<sup>12</sup>.

---

<sup>1</sup>MARTINS, Roberto Borges. *Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth-Century Minas Gerais, Brazil*. Thesis (Ph. D.). Vanderbilt University, 1980.

<sup>2</sup>SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do Ouro: A Pobreza Mineira no século XVIII*. 2ª ed. São Paulo: Graal, 1986.

<sup>3</sup>FURTADO, Júnia Ferreira. *O livro da capa verde: o regimento diamantino de 1771 e a vida no distrito diamantino no período da Real Extração*. São Paulo: Annablume, 1996

<sup>4</sup>STUMPF, Roberta Giannubilo. *Filhos das Minas, Americanos e Portugueses: Identidades Coletivas na Capitania das Minas Gerais (1763 1792)*, São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2010.

<sup>5</sup>FURTADO, Júnia F. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentista*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

<sup>6</sup>SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo do Indistinto. Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997

<sup>7</sup>SOUZA, Laura de Mello e. Nobreza de Sangue e Nobreza de Costume: Ideias sobre a Sociedade de Minas Gerais no Século XVIII. In: \_\_\_\_\_. *O Sol e a Sombra: Política e administração na América Portuguesa do Século XVIII*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006

<sup>8</sup>Acerca deste debate, ver SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos do IFCH/Unicamp*, Campinas, 17, 1985

<sup>9</sup>LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988

<sup>10</sup>PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia: Minas Gerais no século XIX*. Tese (doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 1996

<sup>11</sup>GODOY, Marcelo Magalhães. *No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio: um estudo das atividades agroaçucareiras mineiras, entre o Setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais*. Tese (doutorado em História Econômica). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2004

<sup>12</sup>RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo: domicílios ou famílias do passado – Minas Gerais, 1830*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012

Clotilde Andrade Paiva fornece um amplo estudo sobre as peculiaridades microrregionais do espaço econômico e demográfico de Minas Gerais, viabilizando reflexões sobre a região leste da capitania (e província). Especificamente, este artigo valeu-se da tese desta autora para pensar o papel desempenhado pelas localidades em estudo nesta pesquisa, durante o período de rearranjo das bases econômicas de Minas Gerais.

Os escritos de Marcelo Magalhães Godoy dão novo fôlego às pesquisas que se concentram em áreas que tinham sua produção agrária vinculada ao complexo sistema mercantil que interligava a praça mercantil do Rio de Janeiro as várias regiões produtivas de Minas Gerais, proporcionando uma visão ampliada do movimento de tropas que abasteciam a Corte e conformaram a região centro-sul de Minas Gerais, segundo interpretação apresentada por Alcir Lenharo.<sup>13</sup> Assim, Godoy proporcionou esta tese entrever o amplo contexto de diversificação produtiva pelo qual transitava a economia de Minas Gerais no século XIX, possibilitando repensar a função exercida pelos distritos situados na região em estudo<sup>14</sup>, no processo de transição econômica de uma economia mineradora para uma economia agrária mercantilizada.<sup>15</sup>

Por fim, foi o trabalho de Mário Marcos Sampaio Rodarte que estimulou a reflexão sobre a transição demográfica, da qual Minas Gerais é um espaço excepcional para seu estudo. Porém, toma-se a região do vale do Rio Piranga um lugar privilegiado para se discutir estas transformações e rearranjos familiares em nível microscópico, podendo-se distinguir estratégias e inserir variáveis explicativas que trajetórias individuais possibilitam à pesquisa histórica.

### **Metodologia e Fontes**

Metodologicamente este capítulo é voltado à investigação minuciosa de três séries documentais que trazem ricas informações sobre a população que habitava o vale do Rio Piranga: a primeira delas é do ano de 1804, a segunda de 1831-32 e a terceira de 1838-39. Apesar das diferentes qualidades em suas informações e delimitação espacial, foi possível extrair uma extensa base de comparação e conjecturar conclusões sobre as transformações econômicas ocorridas naquela região.

Inicialmente lança-se mão da análise da estrutura de posse de escravos, inspirado nos trabalhos primordiais sobre o tema na historiografia brasileira.<sup>16</sup> Estas pesquisas

---

<sup>13</sup> LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil (1808-1842)*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

<sup>14</sup> A este respeito, cabe notar que Marcelo Godoy, analisou detidamente o distrito de Calambau (capela da Matriz de Piranga), como uma proeminente localidade para se apreciar o amplo contexto produtivo de aguardente e outros gêneros alimentícios em Minas Gerais. Ver GODOY, Marcelo Magalhães. O primado do mercado interno: a proeminência do espaço canavieiro de Minas Gerais no último século de hegemonia das atividades agroaçucareiras tradicionais no Brasil. *Estudos Econômicos*, v.38, p. 815-848, 2008.

<sup>15</sup> Neste ponto em questão, esta tese amplamente se auxiliou nas pesquisas desenvolvidas por Gustavo Lemos sobre esta mesma região. LEMOS, Gustavo. *Minas da Terra: família, produção da riqueza e dinâmica do espaço em zona de fronteira agrícola. Minas Gerais, 1800-1856*. São Paulo: Annablume, 2014

<sup>16</sup> LUNA, Francisco Vidal. *Estrutura da Posse de Escravos em Minas Gerais (1804)*. In: COSTA, Iraci del Nero da. (Org.). *Brasil - História Econômica e Demográfica*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômica da Universidade de São Paulo, 1986. p.157-172; LUNA, Francisco Vidal. *Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX*. *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 13, n.1, p. 211-221, 1983; LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert S. *Slaveconomy and society in Minas Gerais and São Paulo, Brazil in 1830*. *Journal of Latin American Studies*. v. 36, n.1, 2004, p.1-28; MOTTA, José Flávio; COSTA, Iraci Del Nero da; NOZOE, Nelson H. *A posse de escravos em uma paróquia fluminense: São Cristóvão, 1870*. *Revista de Economia Política e História Econômica*, v. 08, p. 102-132, 2011; MOTTA, José Flávio. *O advento da cafeicultura e a estrutura da posse de escravos (Bananal, 1801-1829)*. *Estudos Econômicos*. Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, v. 21, n.3, p. 409-434, 1991.

proporcionaram um avanço substancial à história econômica brasileira, pois, ao mostrarem a variada estrutura de posse de cativos nos mais diversos espaços produtivos da Colônia e Império, favoreceram as interpretações que se preocupam com a íntima relação entre trabalho e sociedade em economias pré-industriais. Assim, este artigo, a partir da estrutura da posse de cativos, explorou a distribuição dos escravos por domicílios, apresentando uma análise em cima dos padrões de concentração, valendo-se do Coeficiente de Gini.<sup>17</sup>

Estes padrões possibilitaram a contemplação do processo histórico pelo qual passava a escravidão em Minas Gerais nas décadas de 1810 a 1830, momento em que se percebeu aumento no número de cativos oriundos do tráfico transatlântico.<sup>18</sup> Ainda, permitiu-se a visualização das faixas de posse que experimentaram concentração de escravos e quais grupos de proprietários perderam relevância no computo geral de cativos, em função da variação nos preços destes.<sup>19</sup>

Finalmente, através da pesquisa em inventários post-mortem, este artigo analisa algumas trajetórias familiares, pelas quais considera as estratégias de manutenção das posses e reprodução social, o que favoreceu indagar-se sobre como o tráfico de escravos influenciou a economia e sociedade local. Ainda, enfocaram-se aqueles agentes históricos que viram neste contexto de transformações, espaço oportuno para ascender socialmente e firmarem-se no complexo jogo das negociações e conflitos que marcaram a sociedade mineira.

### **Uma sociedade de capelas: mapeamento do espaço de pesquisa**

Na formação histórica do espaço das minas, a venda e a capela foram indissociáveis e carregam em si o elemento explicativo da sociogênese de Minas Gerais. Deste modo, esta sociedade, caracterizada por sua moderna urbanidade<sup>20</sup>, que se formou da extração aurífera (atividade que gerou intensos fluxos migratórios) tem na Igreja e no comércio os elementos primordiais à sua formação espacial.

Segundo Sérgio da Mata, conformada pelo espaço sagrado das capelas que cederam lugar ao profano que as circundavam, a personalidade histórica mineira tem na religião, mineração e no comércio as suas bases estruturadoras.<sup>21</sup> Não necessariamente contrapondo-se a Sérgio da Mata, Claudia Damasceno Fonseca transfere à mineração, agricultura e comércio a responsabilidade explicativa ao fenômeno urbano de Minas Gerais, problematizando o surgimento de arraiais e os seus paralelos na atividade agropastoril, mineradora e nas disputas por espaços de poder.<sup>22</sup> Por fim, Alexandre Mendes Cunha propõe reflexões sobre a formação do espaço das Minas, mostrando a significância da sobreposição de lugares de produção a territórios de reprodução.<sup>23</sup> Segundo este autor, os centros mineradores, polos atrativos de

---

<sup>17</sup> Coeficiente de Gini é um índice estatístico que mede a concentração e desigualdade de renda e riqueza. Expresso numa escala que varia de 0 a 1, na qual, quanto maior, mais concentrada e menos equitativa era a distribuição de escravos entre os proprietários.

<sup>18</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004;

<sup>19</sup> José Flávio Motta, em pesquisa sobre a família escrava no vale do Paraíba, percebeu que o movimento de preços de cativos afetava diretamente as pequenas posses. Ver MOTTA, José Flávio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999.

<sup>20</sup> PAULA, João Antônio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

<sup>21</sup> MATA, Sérgio da. O espaço do arraial na Minas antiga. *Dimensões*. Revista de História da UFES. Vitória, vol.14, p.191-223

<sup>22</sup> FONSECA, Claudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira, Claudia Damasceno Fonseca. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

<sup>23</sup> CUNHA, Alexandre Mendes. No sertão, o lugar das minas: reflexões sobre a formação do espaço central das Minas Gerais no começo do século XVIII. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº40, julho-dezembro de 2007, p.25-45

fluxos migratórios, se superpuseram a outros espaços que foram sendo criados como chãos de reprodução da vida material. Em outras palavras, não originalmente postulado por ele, o que Alexandre Mendes Cunha está retomando é o caráter centrífugo do ajustamento territorial de Minas Gerais, o qual tem nos núcleos mineradores os seus epicentros migratórios e ocupacionais das áreas de fronteira.

Entretanto, a história desta conquista não se restringe ou depende do aclamado ciclo do ouro, pois, a ocupação do espaço que viria a ser Minas Gerais se operou desde os primórdios da colonização da América portuguesa. Incentivada por mitos que afirmavam que por aqueles caminhos dos sertões encontrar-se-ia o *Sabarabuçu*, montanha reluzente repleta de ouro e outras preciosidades<sup>24</sup>, as incursões, inicialmente, partiam das áreas já colonizadas do nordeste açucareiro, principalmente da região do recôncavo baiano e, posteriormente, do planalto do Piratininga, onde uma crise da produção agrícola contribuiu para que a busca pelos caminhos que levassem as esmeraldas tomasse um lugar primordial entre os paulistas.

Os bandeirantes que partiam de São Paulo tiveram diversos itinerários. Exhaustivamente traçavam rotas e mudavam seus rumos atrás dos metais e pedras preciosas, as quais, quando descobertas, “fez com que se operasse uma rápida e intensa transmigração de paulistas para a terra das Gerais. As regiões do Rio das Mortes, do Carmo, do Pitangui, foram ocupadas por gente de São Paulo, que se estabeleceu, abrindo minerações que entravam logo em forte prosperidade.”<sup>25</sup> Seguindo o rastro interpretativo deixado pelas narrativas e discursos dos primeiros descobrimentos, Francisco Eduardo de Andrade tem empreendido importantes e elucidativos esforços à compreensão do processo de colonização das regiões mineradoras ao defender a tese de que as ações de descobrimento de terras minerais não tiveram como princípio básico a expansão da fronteira colonial, antes, tinham por intenção legitimar o poder exploratório.<sup>26</sup>

Focalizando-se nas práticas religiosas da criação de capelas no sertão das minas, Francisco E. Andrade mostra como o Estado (aparelho burocrático da Coroa portuguesa), através das capelas, enraizou-se nas práticas costumeiras coloniais, criando uma maior interdependência entre a administração régia, a proeminência senhorial e as jurisdições eclesiásticas. A prática sertanista de erigir capelas tinha forte relação com o dever de cristianizar e submeter índios ao catolicismo e ainda com a devoção a santos protetores. Porém, havia motivações adicionais, pois, ao arrendarem terras estatais expandiam o patrimônio familiar, solucionando em parte a fragmentação da riqueza com a divisão da herança nas regiões de origem, respaldados por uma prática legal e moralmente aceita de vincular índios ao aldeamento instituído nas cercanias das capelas e das terras tomadas. Esta vinculação (capela e patrimônio familiar) podia ainda ser estratégico ao não pagamento dos dízimos reais, os quais não incidiam sobre os rendimentos patrimoniais da Igreja ou sobre os benefícios eclesiásticos.<sup>27</sup>

Assim, as capelas, na época colonial, eram centro de disputas pelo poder e, por diversas vezes, a sua criação trouxe conflitos e disputas envolvendo párocos, capelães e partidos poderosos, pois, uma nova capela poderia causar algum prejuízo a sua paróquia ou matriz. Mesmo que em tese, uma capela devesse ser aprovada pelo bispado, em função de

---

<sup>24</sup>VASCONCELOS, Diogo de. *História antiga das Minas Gerais*. 4ª ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1974. 2v.

<sup>25</sup>LIMA JÚNIOR, Augusto de. *A capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: São Paulo: Itatiaia, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.p.35

<sup>26</sup>ANDRADE, Francisco Eduardo. *A invenção das Minas Gerais: empresas, descobrimentos e entrada nos sertões do ouro da América Portuguesa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2008.

<sup>27</sup>ANDRADE, Francisco Eduardo. Fronteira e instituição de capelas nas Minas, América portuguesa. *América Latina em La História Económica*, n° 35, enero-junio de 2011, p.271-296

todo o simbolismo e poderio nela representados, nas áreas de fronteira, a definição do seu patrimônio e a sua ereção frequentemente acontecia antes da provisão episcopal.

Nas comunidades, toda a vida cotidiana era moldada pelo universo da capela, o qual expressava as hierarquias sociais e suas representações. Mais do que uma reserva material, a capela produzia um capital simbólico muito importante na projeção política do seu patrono. Assim, parece claro que o surgimento de arraiais e fundação de capelas não pode ser visto como fortuito e ocasional, que se deu acidentalmente num determinado espaço.

Assim, para delimitar o espaço em estudo, recorreu-se aos relatos do descobrimento contidos no Códice Costa Matoso<sup>28</sup> e ao Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais<sup>29</sup>, para reconstruir a expansão da malha eclesiástica no vale do Rio Piranga ao longo do século XVIII. Destes procedimentos, constatou-se que a capela com invocação a Nossa Senhora da Conceição, à beira do Rio Piranga, devido a abundância das extrações auríferas que ali se efetivaram, erigida ainda no século XVII, foi uma das primeiras a se constituir e ao seu entorno um pequeno arraial, seguida pelas capelas de Nossa Senhora do Pilar, Nossa Senhora do Carmo<sup>30</sup> e Santo Antônio do Pirapetinga<sup>31</sup>, todas três erigidas no ano de 1703, e três anos depois, a de Bom Jesus do Monte.<sup>32</sup> Estas cinco capelas, nesta conjuntura expansionista e ocupacional, constituíram-se como o núcleo primário da ocupação eclesiástica da região, tornando-se os seus arraiais as bases para a abertura das fronteiras que sucederam-se. Assim, postula-se que dividiram entre si o papel de propulsoras do povoamento das regiões a elas limítrofes, atuando na ocupação destes sertões e agindo umas sobre as outras.

Porém, a pesquisa nestas documentações, também demonstrou que a o arraial de Piranga, mesmo tendo sido um dos primeiros povoados do processo de ocupação da região central das minas, teve a sua elevação a categoria de Vila somente em finais da primeira metade do século XIX. Tal aspecto levou a questionamentos acerca do lugar deste arraial e sua região no espaço e na sociedade mineira. Em suma, como bem fez Cláudia Damasceno Fonseca, há de se problematizar a história administrativa e os espaços de poder que deixaram suas marcas na história de Minas Gerais.<sup>33</sup> Diante deste problema, destaca-se a constante submissão administrativa e eclesiástica às instâncias superiores próximas, aspecto destacado através da proximidade a várias outras vilas do período colonial que detinham importante papel na fiscalidade e como entrepostos comerciais, casos das vilas de Queluz e Barbacena.<sup>34</sup>

Ainda, problematiza-se a partir do Mapa 1 a posição de Piranga perante as vilas erigidas durante o Império, as quais, em sua totalidade situadas nos vales do Rio Paraíba do Sul e Rio Doce, regiões tardiamente colonizadas em função de medidas que visavam controlar os fluxos de mercadorias, tornaram-se por isso, áreas proibidas<sup>35</sup>, o que leva a pergunta: teria

---

<sup>28</sup>CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos, 1999.v.1

<sup>29</sup>BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971

<sup>30</sup> Estas duas capelas são erigidas nos locais onde menos de uma década mais tarde serão instituídas as vilas Vila Rica (atual cidade de Ouro Preto) e a Vila de Nossa Senhora do Carmo (atual cidade de Mariana).

<sup>31</sup> Na época atual, a localidade é distrito do município de Piranga, com o mesmo nome da antiga capela.

<sup>32</sup> Atualmente é um distrito do município de Mariana com o nome de Furquim.

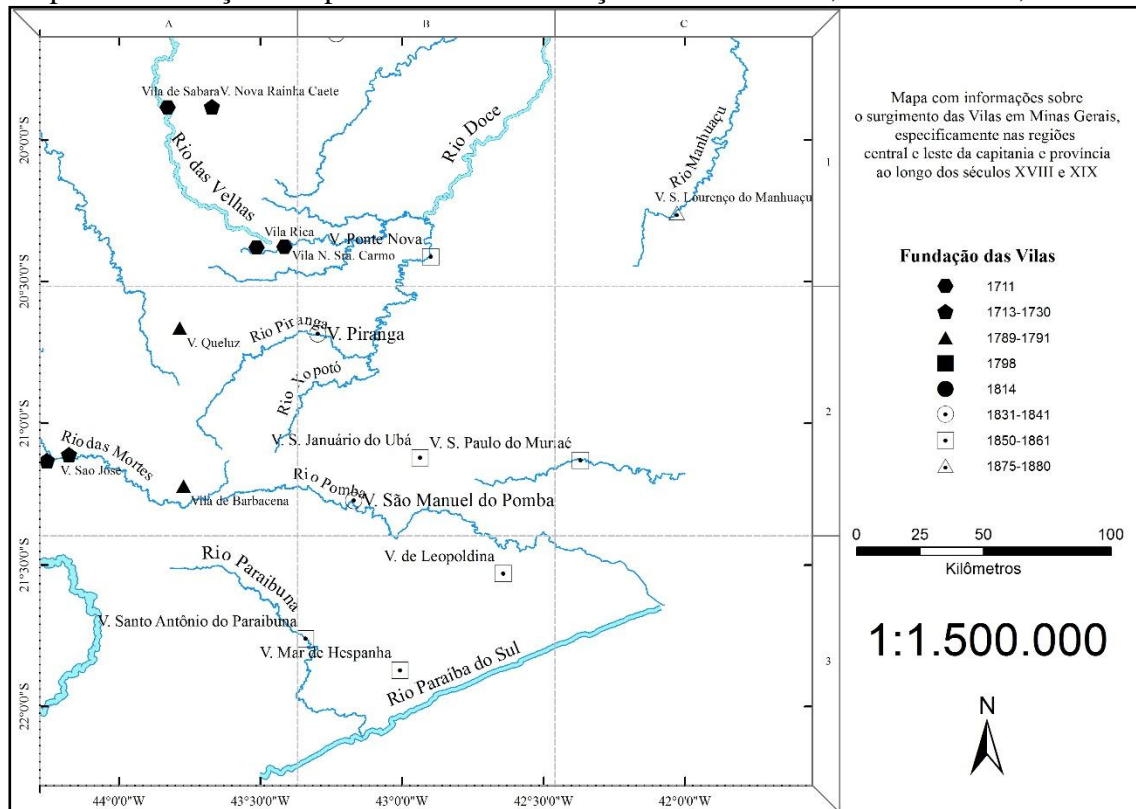
<sup>33</sup>FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas minas setecentistas*. Trad. Maria Juliana Gambogi Teixeira, Cláudia Damasceno Fonseca. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011

<sup>34</sup> Esta duas vilas estão representadas no Mapa 1 e encontram-se no quadrante A2.

<sup>35</sup>MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do leste: estudo de uma região: a mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

sido a região do vale do Rio Piranga uma espécie de entreposto ocupacional do processo de povoamento desta fronteira leste da capitania de Minas Gerais?

Mapa 1 – Formação e expansão da administração civil das Vilas, Minas Gerais, 1711 – 1880



Fonte: CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos, 1999. 2v; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971

Em partes, o Mapa 2 fornece subsídios para reponder esta pergunta. Nota-se que ao sul das capelas de Nossa Senhora do Pilar e Nossa Senhora do Carmo (ao entorno das quais surgiriam as vilas de Ouro Preto e Mariana, respectivamente)<sup>36</sup>, as capelas de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga (arraial de Piranga) e de Santo Antônio do Pirapetinga (distrito de Pirapetinga)<sup>37</sup> eram as únicas que ali se encontravam nas décadas finais do século XVII e iniciais do século XVIII, portanto, foram lugares de passagem que surgiram do movimento de entrada e de tropas que rumavam para a região mineradora central. Assim, conjectura-se que devido à sua localização geográfica, no limite entre a urbe e o sertão, o arraial de Piranga tornou-se uma porta de entrada para as incursões de conquista e povoamento das zonas fronteiriças a leste do centro minerador. Por exemplo, destaca-se do Mapa 2 uma linha imaginária que interliga as capelas de Nossa Senhora das Dores do Turvo<sup>38</sup>, São José do Barroso<sup>39</sup>, Santa Rita<sup>40</sup> e São Sebastião e Almas<sup>41</sup>, todas erigidas no período de 1770 a 1800,

<sup>36</sup> Capelas representadas por uma grande cruz transparente, próximas às nascentes do Rio do Carmo, no quadrante A2 do Mapa 2.

<sup>37</sup> Ambas as capelas encontram no quadrante B2 do Mapa 2.

<sup>38</sup> Mapa 2, quadrante B3

<sup>39</sup> Mapa 2, na interseção entre os quadrante C2 e C3

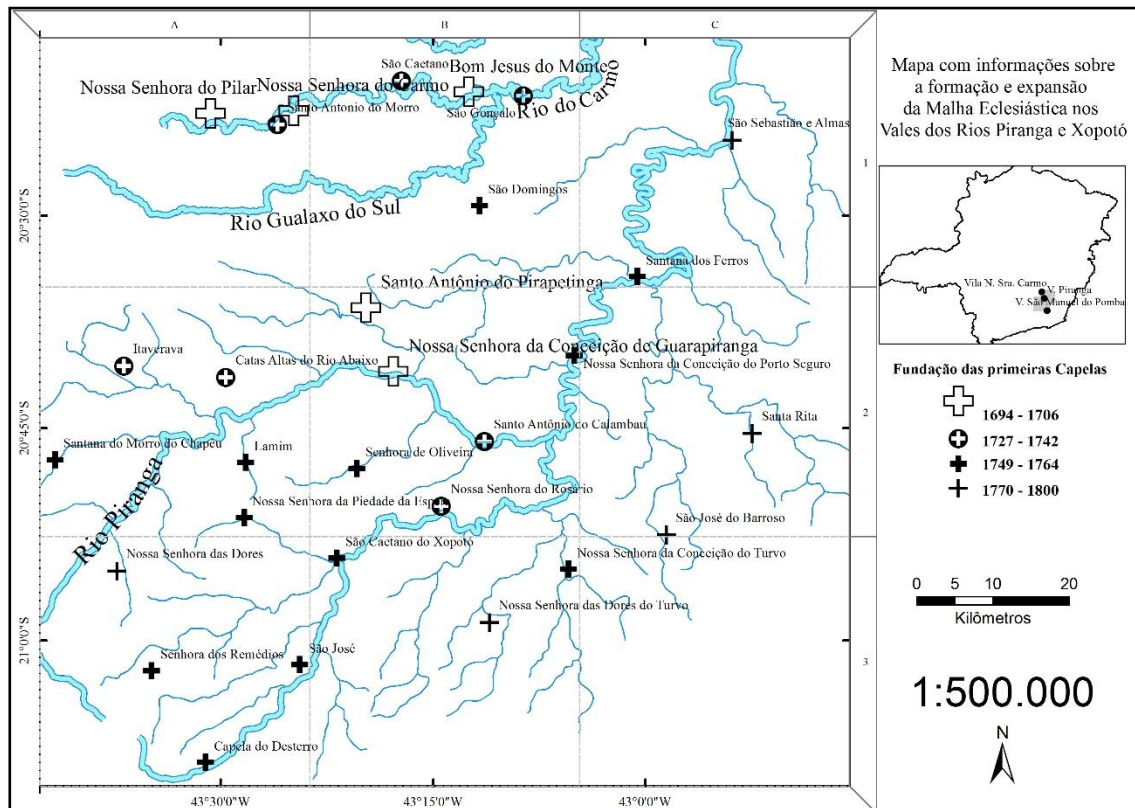
<sup>40</sup> Mapa 2, quadrante C2

<sup>41</sup> Mapa 2, quadrante C1



delimitando o limite interdito por decretos reinóis que proibiam a ocupação e povoamento das chamadas áreas proibidas do leste da capitania de Minas Gerais.<sup>42</sup>

Mapa 2 – Formação e expansão da malha eclesiástica no vale do Rio Piranga, Minas Gerais, 1694 – 1800



Fonte: CÓDICE COSTA MATOSO; FIGUEIREDO, Luciano; CAMPOS, Maria Verônica. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos, 1999. 2v; BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971

Em suma, estes mapas fornecem uma representação muito elucidativa do movimento da expansão territorial e as várias fases que o instituíram, com suas bases lançadas do chamado núcleo eclesiástico primário, formado por capelas que surgiram ao longo dos caminhos que ligavam a região mineradora central e as igrejas ali erigidas. Note-se, por exemplo, que na segunda fase desta expansão (1727 – 1742), três capelas (Santo Antônio do Morro<sup>43</sup>, São Caetano e São Gonçalo<sup>44</sup>) surgem ao longo do curso d'água do Rio do Carmo, o que é consequência dos novos ribeirões auríferos ali encontrados, mas, como enfatizou Francisco Eduardo de Andrade, não se deve perder de vista os conflitos e disputas que envolviam a criação de uma nova capela.<sup>45</sup> Assim, muito mais do que ponderar o surgimento de novos lugares produtivos a partir das bases possibilitadas por antigos espaços de exploração e reprodução, retomam-se premissas interpretativas postas em prática por Cláudia Damasceno Fonseca e Francisco Eduardo Andrade, autores que notabilizaram os aspectos

<sup>42</sup> LANGFUR, Hal. *The forbidden lands: colonial identity, frontier violence, and persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006

<sup>43</sup> Mapa 2, quadrante A1

<sup>44</sup> Ambas no Mapa 2, quadrante B1

<sup>45</sup> ANDRADE, Francisco Eduardo. Fronteira e instituição de capelas nas Minas, América portuguesa. *América Latina em La História Económica*, n° 35, enero-junio de 2011, p.271-296



simbólicos e as disputas por instâncias de poder, elementos indissociáveis à expansão eclesiástica que se cumpriu.

Tabela 1 – Malha eclesiástica, vales do Rio Piranga e Xopotó (1694-1800)

Capela	Freguesia	Distrito	Termo
<b>Itaverava</b>	Matriz de Queluz		Termo de Vila Rica Termo da Vila de São José
<b>Catas Altas do Rio Abaixo</b>	Matriz de Queluz	Distrito de Queluz	
<b>Lamim</b>	Freguesia de Itaverava	Distrito de Queluz	
<b>Santana do Morro do Chapéu</b>	Matriz de Queluz	Distrito de Queluz	
<b>Nossa Senhora das Dores</b>	Matriz de Queluz	Aplicação do Morro do Chapéu	
<b>Senhora dos Remédios</b>	Matriz da Borda do Campo	Distrito de Barbacena	Termo da Vila de São José
	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	Termo de Mariana
<b>São José</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
<b>São Caetano do Xopotó</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
<b>Capela do Desterro</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga, Rio Pomba e Barbacena	
<b>Nossa Senhora da Piedade da Espera</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
<b>Nossa Senhora do Rosário</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
<b>Senhora de Oliveira</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
<b>Santo Antônio do Calambau</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
<b>Nossa Senhora da Conceição do Porto Seguro</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
<b>Nossa Senhora da Conceição do Turvo</b>	Matriz de Piranga		
<b>Santana dos Ferros</b>	Matriz de Piranga	Distrito de Piranga	
<b>São Sebastião e Almas</b>	Freguesia de Bom Jesus do Monte		
<b>São Domingos</b>	Freguesia do Sumidouro		
<b>São Gonçalo</b>	Freguesia de Bom Jesus do Monte		
<b>São Caetano</b>		Distrito de Mariana	
<b>Santo Antônio do Morro</b>		Distrito de Mariana	
<b>Santa Rita</b>	Freguesia do Pomba		
<b>São José do Barroso</b>	Freguesia do Pomba		
<b>Nossa Senhora das Dores do Turvo</b>	Freguesia do Pomba		

Fonte: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971

Sobre este ponto de vista, a Tabela 1, ao pontuar as filiações eclesiásticas e administrativas das capelas representadas no Mapa 2, esquadrinha as fronteiras imaginárias que delimitam este espaço em formação. Nesse aspecto, vê-se que as capelas de Itaverava, Catas Altas do Rio Abaixo, Lamim, Santana do Morro do Chapéu<sup>46</sup> e Nossa Senhora das

<sup>46</sup>Todas elas representadas no Mapa 2, quadrante A2

Dores<sup>47</sup>, todas na região das nascentes do Rio Piranga, demarcavam os limites eclesiásticos da Matriz de Queluz. Entretanto, como se deve prever, estes limites não eram rígidos, pois, se tratando de um espaço em formação, permeado por práticas de territorializar os lugares, não foram escassas as variabilidades de jurisdições, em grande parte, decorrência das disputas por poder.<sup>48</sup>

Com o declínio da extração aurífera em Minas Gerais, uma rearticulação econômica foi vivenciada, dando-se início a um processo de “acomodação evolutiva”, no qual os setores agrícola e têxtil foram os sustentáculos econômicos.<sup>49</sup> Assim, a capitania passou por uma ruralização de sua economia, sendo a região do arraial de Piranga um espaço privilegiado para o seu estudo e compreensão, pois, devido às suas particularidades geográficas e socioeconômicas, caracterizou-se como um espaço de transição de uma sociedade urbanizada para uma região rural socialmente estável.

Ao se contrapor os dados da Tabela 1 com o Mapa 2, pondera-se algumas matrizes ocupacionais desta região, as quais, estão pontuadas nas subdivisões internas da Tabela 1, especificadas pelas espessuras das linhas não tracejadas. Assim, ressaltam-se os seguintes focos de deslocamentos ocupacionais: Mariana, Queluz, Barbacena, Piranga e Pomba (Mapa 3).

A localidade de São Manuel do Pomba, deteve sua centralidade no final do século XVIII, momento em que a fronteira do povoamento caminhava para o leste da capitania de Minas Gerais, detectável pela localização das três capelas filiadas à Matriz do Pomba (Santa Rita, São José do Barroso e Nossa Senhora das Dores do Turvo), todas próximas as nascentes dos córregos e ribeirões que formam a micro bacia hidrográfica do rio Piranga e Xopotó, no limiar das nascentes de outros afluentes do Rio Doce e do vale do Rio Paraíba do Sul, região onde recebeu carta de sesmaria Francisco de Paula Oliveira da Silva, situada “entre os ribeirões do Ubá e Xopotó, na freguesia de São Manuel do Pomba, Termo de Mariana”, no ano de 1798.<sup>50</sup>

Por fim, este esforço em detectar os caminhos da expansão da malha eclesiástica na região em estudo e a formação sócio-histórica deste espaço, foi essencial para delimitar um espaço comparativo no tempo, o que possibilitou operacionalizar o cruzamento de informações extraídas de várias listas nominativas que recensaram a população que habitava aquelas localidades.

---

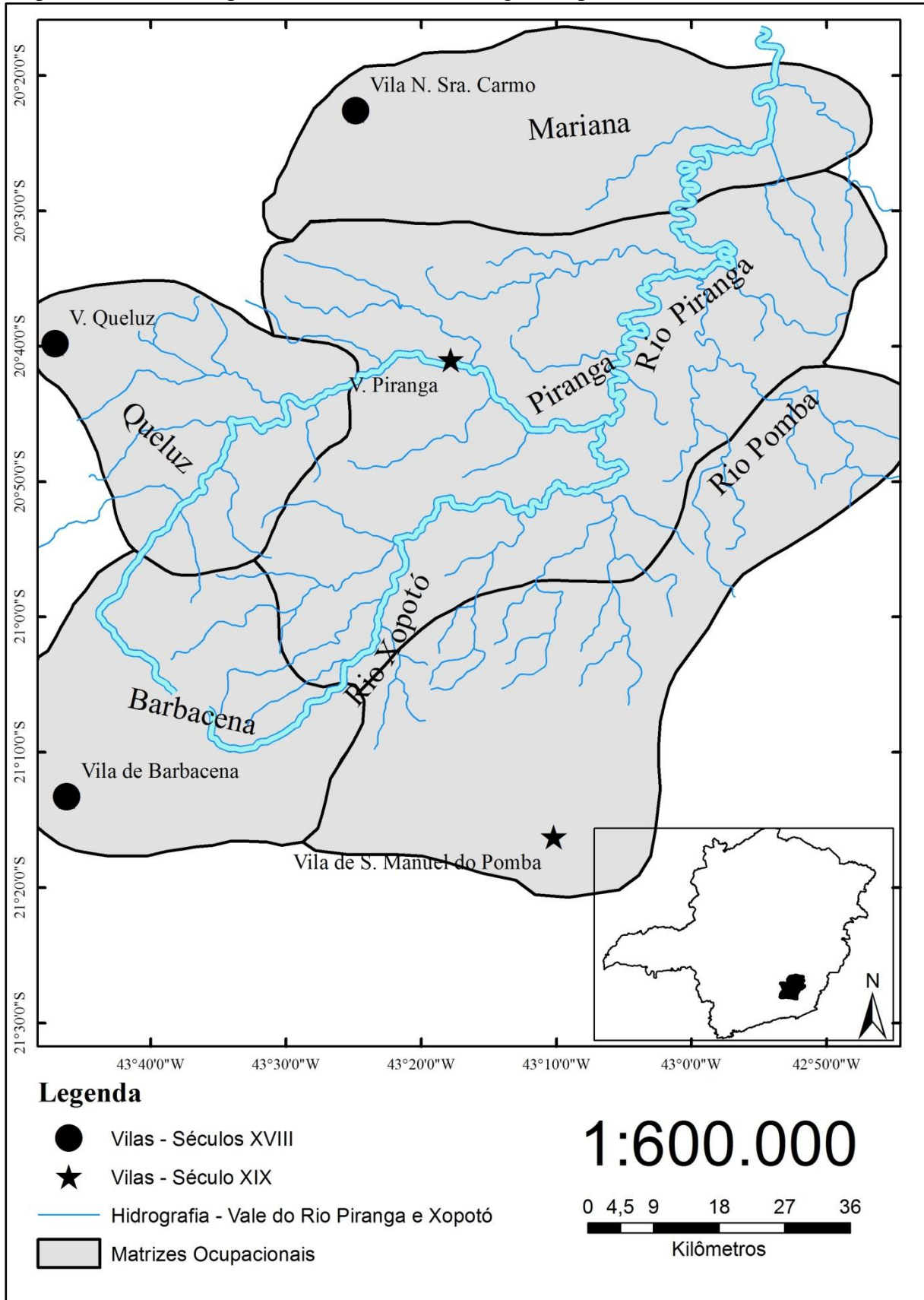
<sup>47</sup> Mapa 2, quadrante A3

<sup>48</sup> Estas inconstâncias jurídicas, administrativas e eclesiásticas podem ser observadas pelas informações contidas na Tabela 1. Note-se, por exemplo, a capela de Itaverava, ainda que incerta a data de sua fundação, figura nas narrativas dos primeiros descobrimentos, nos quais é filial da Matriz de Queluz. Elevada à igreja matriz, sede de sua freguesia, no ano de 1726, tornou-se um novo centro de povoamento e ocupação destes sertões, perceptível, por exemplo, ao se considerar a capela de Lamim, erigida em 1760, filial da Matriz de Itaverava.

<sup>49</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988

<sup>50</sup> APM. *Carta de sesmaria concedida a Francisco de Paula Oliveira da Silva*. 19/01/1798. Códice SC 275, p.181v. Usou-se este exemplo por ser o rio Xopotó, na bacia hidrográfica do Rio Doce e o Ubá, na bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, ilustrativo do movimento de expansão fronteiriça que perpetrava o povoamento em finais do século XVIII.

Mapa 3 – Matrizes ocupacionais, vales do rio Piranga e Xopotó



Fonte: BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Saterb, 1971

### Recenseando as fontes, delimitando a documentação

Em sua totalidade, o corpus documental deste artigo é composto por 28 listas nominativas, confeccionadas em 17 distritos, nas quais foi recenseada uma população pouco maior que 31.000 pessoas entre os anos de 1804 a 1839 (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de distritos e condição da população recenseada no vale do Rio Piranga (Minas Gerais, 1804 – 1839)

Ano	Nº de distritos	Livres	Escravos
1804	12	5.154	6.434
1831	13	8.712	4.347
1839	3	4.160	2.249

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas Nominativas de Habitantes

Porém, algumas inferências precisaram ser feitas para tornar possível a comparação entre estas fontes documentais, pois, as qualidades e quantidades das informações não são similares, nem a correspondência no tempo é claramente perceptível. A Tabela 3 apresenta os vários tipos de distritos e como suas Listas Nominativas estão distribuídas entre 1804 e 1839. Felizmente, 8 dos 17 distritos possuem recenseamentos tanto em 1804 quanto em 1831 (colunas “c” e “d” da Tabela 3) e ainda, dois deles, Piranga e Calambau, também foram recenseados em 1839.

A partir destes oito distritos, delinea-se uma ampla base comparativa para análise dos padrões da posse de cativos neste espaço produtivo de Minas Gerais. Porém, o impacto dos fluxos migratórios reinventou a composição demográfica de várias regiões e distritos mineiros. Por exemplo, no distrito de Remédios, no ano de 1804, 59,15% dos distritos recenseados não possuíam escravos, enquanto em 1831, esta cifra é 66,52%, demonstrando um aumento razoável (7,37%) no número de domicílios sem a mão-de-obra cativa e uma diminuição considerável (12,40%) no percentual de domicílios na faixa de 1 a 4 escravos (Tabela 4). Esta oscilação é fator indicativo da dificuldade que os domicílios de pequenas posses tiveram em manter os seus padrões produtivos, num contexto econômico pouco capitalizado em que a liquidez monetária se escasseava.

Tabela 3 – Tipologias dos distritos com Listas Nominativas (vale do Rio Piranga, 1804 – 1839)

<b>a</b>	<b>b</b>	<b>c</b>	<b>d</b>	<b>e</b>
Barra do Bacalhau	Brás Pires	Bacalhau	Piranga	São Caetano do Xopotó
Espera	Conceição do Turvo	Desterro do Melo	Calambau	
São Jose do Xopotó	Manja Léguas	Dores do Turvo		
	Pinheiro	Mestre de Campo		
	Senhora de Oliveira	Remédios		
		Tapera		

Legenda: **(a)**: distritos com Lista somente no ano de 1804; **(b)**: distritos com Lista somente no ano de 1831; **(c)**: distritos com Lista nos anos de 1804 e 1831; **(d)**: distritos com Listas nos anos de 1804, 1831 e 1839; **(e)**: distritos com Listas nos anos de 1804 e 1839.

Tabela 4 – Composição da posse de cativos, distrito de Remédios (Minas Gerais, 1804 – 1831).

Faixa de Posse	1804				1831			
	Domicílios		Escravos		Domicílios		Escravos	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>0</b>	97	59,15	0	0,00	153	66,52	0	0,00
<b>1 a 4</b>	51	31,10	100	39,53	43	18,70	93	18,20
<b>5 a 9</b>	13	7,93	75	29,64	18	7,83	110	21,53
<b>10 a 14</b>	1	0,61	10	3,95	9	3,91	106	20,74
<b>15 a 19</b>	0	0,00	0	0,00	2	0,87	32	6,26
<b>20 ou mais</b>	2	1,22	68	26,88	5	2,17	170	33,27
<b>Total</b>	164	100,00	253	100,00	230	100,00	511	100,00

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas Nominativas de Habitantes

Por outro lado, as posses com cinco ou mais cativos, saltam dos 9,76% dos domicílios em 1804 e alcançam a cifra de 14,78% em 1831, ao passo que passam a concentrar 81,80% do total de escravos do distrito (valor 21,33% maior que o averiguado em 1804) com destaque para a faixa de posse dos 10 a 14 escravos. Todavia, apesar dos 16,79% há mais de escravos nesta faixa de posse (20,74% do total de escravos), o maior aumento averiguado neste exercício comparativo é no número de domicílios recenseados (40,24%).

Mesmo que se levando em consideração os já destacados fluxos migratórios, é praticamente impossível –ponderando-se o contexto histórico do século XIX, no qual era extremamente alta a mortalidade –, num período de tempo menor que 30 anos, uma população aumentar em 37,26% seu contingente populacional, mais do que duplicando a população escrava e um aumento de 14,56% na população livre (Tabela 5). Cabe notar, que apesar da destacada ampliação no tráfico de escravos entre estes dois recenseamentos<sup>51</sup>, outros fatores explicativos para este considerável aumento na população escrava do distrito de Remédios foram elencados, os quais podem explicar o aumento na população recenseada como um todo.

Tabela 5 – Condição da população recenseada no distrito de Remédios e São José do Xopotó (Minas Gerais, 1804 – 1831)

Distritos	1804		1831	
	Livres	Escravos	Livres	Escravos
Remédios	721	253	826	511
São José do Xopotó	305	315	-	-

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas Nominativas de Habitantes

Em Minas Gerais, nas primeiras décadas do século XIX, a composição populacional, além de ter sido definida pela natalidade, alta mortalidade e grandes fluxos migratórios, foi marcada pelo conturbado momento de reorganização da produção, que propiciou conflitos jurisdicionais, os quais constantemente demarcavam novos limites e instâncias do poder administrativo. Estas disputas por poder não redefiniram os ritmos do tráfico de escravos para a região ou afetaram as taxas de fecundidade, mas, ao demarcarem novos espaços, conformaram outros limites geográficos ao território englobado pela Lista Nominativa de um distrito de paz.

Deste modo, conjectura-se que alguns distritos foram incorporados a jurisdição administrativa de distritos vizinhos e sua população recenseada como habitante desta última localidade. A este respeito, destaca-se a possibilidade de ter ocorrido anexação da população

<sup>51</sup> Cf. BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004;

residente no distrito de São José do Xopotó a Lista Nominativa do distrito de Remédios em 1831. Além de o primeiro ser um daqueles três distritos que só possuem listas para o ano de 1804 (Tabela 3), pelo Mapa 2 vê-se que são próximos um do outro.<sup>52</sup> Por fim, constatou-se que o distrito de São José do Xopotó, era um dos menos populosos no ano de 1804, com apenas 620 pessoas recenseadas em 69 domicílios. Todavia, 38 destes domicílios eram escravistas com médias e grandes posses, o que configurou a maior taxa no cálculo do Índice de Gini dentre todos os distritos (0,588) e uma média de 8,29 escravos por domicílio escravista, a quarta maior averiguada.

Em vista destas incorporações, tomaram-se as Listas Nominativas de 1804 e 1831 como os limites documentais deste artigo, por englobarem um longo período de tempo – o que permite interpretações sobre transformações consideráveis neste momento de transição econômica e demográfica –, e ampliado espaço geográfico, enquanto as Listas de 1839, apesar de terem incorporados vários outros distritos, são de um período em que novas transformações políticas operaram na modificação dos limites geográficos daquele espaço, tornando difícil o mapeamento de sua população.<sup>53</sup> De todo modo, para efeito de análise de trajetórias específicas, eventualmente recorre-se a estes recenseamentos do final de década de 1830.

### A posse de cativos

Revisitando as informações postas na Tabela 2, pode-se perceber que entre 1804 e 1831, o aumento populacional foi de 12,69%, enquanto a população escrava, maioria no primeiro recenseamento (55,52%), em 1831 perfazia somente 33,29% do total recenseado, experimentando uma queda de 32,44% em número absolutos, associado ao aumento de 69,03% do total de pessoas livres recenseadas (Tabela 6).

Tabela 6 – Condição da população recenseada, Vale do Rio Piranga (1804 – 1831)

	1804		1831	
	Livres	Escravos	Livres	Escravos
Número	5154	6434	8712	4347
%	44,48	55,52	66,71	33,29

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas Nominativas de Habitantes

Paralelamente ao impulso populacional, averiguou-se um expressivo aumento no número de domicílios recenseados (33,11%), todavia, seguida por uma acentuada diminuição na proporção de domicílios com alguma posse escrava. Em 1804, 59,21% de todos os domicílios listados eram escravistas, ao passo que no recenseamento seguinte, apenas 35,11% possuíam pelo menos 1 cativo. Não obstante, é essencial ponderar algumas informações exibidas na Tabela 7. Apesar da queda proporcional de 24,1% dos proprietários de escravos, quando se estimam os valores absolutos, este declínio é atenuado para 21,08%, sintomática duplicação no número de domicílios sem escravos (Tabela 7).

Tabela 7 – Domicílios recenseados no Vale do Rio Piranga (1804 – 1831)

	1804	1831

<sup>52</sup> Neste mapa, ambas as capelas estão localizadas no Quadrante A3.

<sup>53</sup> Indicativo destas mudanças jurisdicionais destaca-se, por exemplo, que entre 1831 e 1839, a população recenseada decresce de 13.058 para 6.410 (Tabela 2)

	Domicílios		Domicílios	
	Sem Escravos	Escravistas	Sem Escravos	Escravistas
Número	611	887	1294	700
%	40,79	59,21	64,89	35,11

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas Nominativas de Habitantes

Apesar da diminuição no número de escravos por domicílio escravista ter diminuído entre 1804 e 1831 (7,25 para 6,21), quando se consideram todos os domicílios, os dados indicam que entre estes dois recenseamentos, houve uma tendência de concentração das posses. Indica-se este movimento, visto que o número de escravos por domicílio dentre todos os domicílios recenseados, também diminuiu (4,30 para 2,18), porém, salienta-se o aumento nas diferenças entre as posses médias totais e aquelas em que se computaram somente os domicílios com cativos (Tabela 8).

Tabela 8 – Escravos por domicílio no Vale do Rio Piranga (1804 – 1831)

	1804		1831	
	Total	Escravistas	Total	Escravistas
Escravos/Domicílio	4,30	7,25	2,18	6,21

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas Nominativas de Habitantes

Obviamente esta acentuada desigualdade é consequência do aumento da população livre, muito provavelmente, incorporada àqueles domicílios sem nenhuma posse. Destas constatações, sugere-se que pequenas posses em 1804, ao longo das três próximas décadas, perderam capacidade de congregar capital. Deste modo, privadas em sua integração ao tráfico transatlântico crescente, estiveram sujeitas às grandes posses, cada vez mais concentradas, o que estabeleceu o princípio do processo de concentração das posses e acentuação das desigualdades, conforme se percebeu pelo cálculo do Índice de Gini (Tabela 9).

Tabela 9 – Índice de Gini, propriedade escrava no Vale do Rio Piranga (1804 – 1839)

	1804		1831		1839	
	Geral	Escravistas	Geral	Escravistas	Geral	Escravistas
Índice de Gini	0,314	0,273	0,337	0,263	0,405	0,305

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas Nominativas de Habitantes

A Tabela 9 corrobora com esta hipótese, pois, as desigualdades se evidenciam quando se considera a população como um todo, enquanto, estimando somente os domicílios escravistas, nota-se diminuição no Índice de Gini entre as Listas Nominativas de 1804 e 1831. Portanto, este processo aumentava as diferenças entre o grupo dos proprietários e dos não proprietários de escravos. Finalmente, destacam-se os Índices de Gini encontrados na Lista Nominativa de 1839, maior que os anteriores em suas duas categorias, indicando que durante a década de 1830, consumaram-se importantes impulsos no processo em curso desde início do século XIX.

A Tabela 10 exacerba o grandioso aumento no número de domicílios sem nenhuma posse, de onde se averigua que em 1831, dentre os domicílios recenseados, 28,59% possuem de 1 a 9 escravos, enquanto no período anterior, esta cifra foi de 47,06%. Ainda, não se pode supor que esta diminuição deu-se associada ao aumento das faixas de posse seguintes, pois, conforme se vê pela Tabela 10, em 1804, 12,15% dos domicílios possuíam posses maiores



que 10 escravos e em 1831, 6,52%, indicativo da dificuldade de manutenção das posses, efeito que agiu em todos os segmentos, corroborando com a ideia de concentração.

Tabela 10 – Composição da posse de cativos, Vale do Rio Piranga (1804 – 1831)

Faixa de Posse	1804		1831	
	nº	%	nº	%
0	611	40,79	1294	64,89
1 a 4	503	33,58	409	20,51
5 a 9	202	13,48	161	8,07
10 a 14	89	5,94	65	3,26
15 a 19	30	2,00	25	1,25
20 ou mais	63	4,21	40	2,01
<b>TOTAL</b>	<b>1498</b>	<b>100</b>	<b>1994</b>	<b>100</b>

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas Nominativas de Habitantes

Por fim, considerando-se somente os domicílios escravistas, notou-se que as posses de 1 a 9 cativos variaram de 79,48% a 81,43%, enquanto nas seguintes, houve pequena diminuição de 20,52% a 18,57%. Em vista destas verificações expostas na Tabela 11, indica-se uma análise detalhada sobre as variações na estrutura de posse de cativos em cada uma das faixas que a compõe. Veja-se por exemplo, a faixa “10 a 14”, em 1804 perfazia 10,03% dos domicílios escravistas, enquanto em 1831, 9,29% destes. Teria sido esta variação responsável pelos aumentos averiguados nas faixas contíguas a ela? Esta diminuição é por perda ou ganho de capacidade de acumulação de capital, ocasionando nas variações da estrutura de posse?

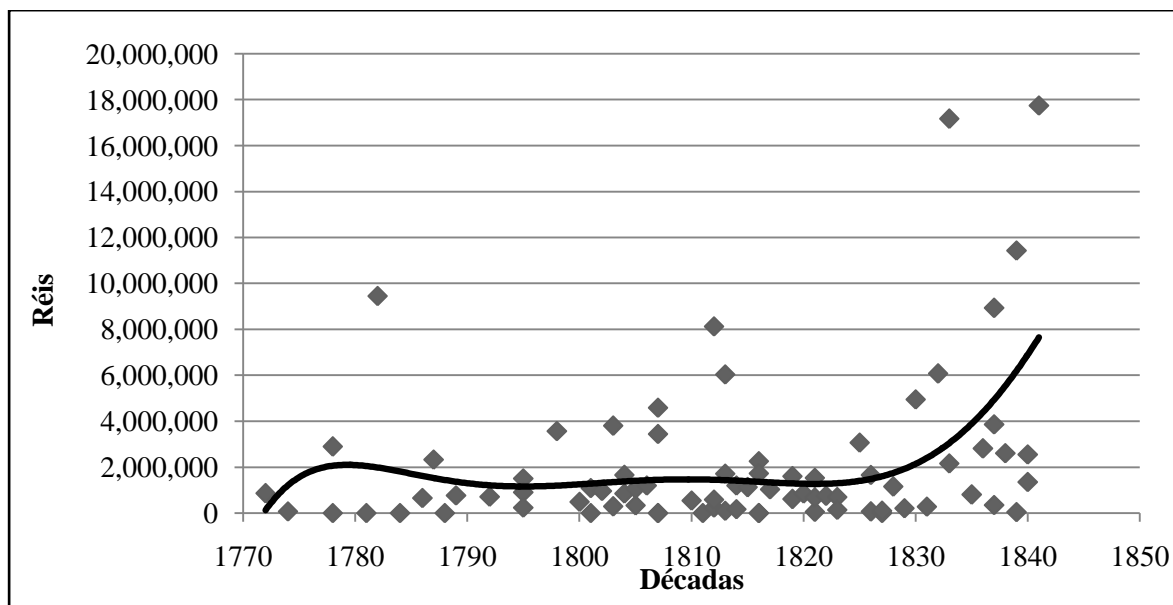
Tabela 11 – Composição da posse de cativos, percentuais do total de domicílios escravistas, Vale do Rio Piranga (1804 – 1831)

Faixa de Posse	1804					1831				
	Domicílios		Escravos		(b)/(a)	Domicílios		Escravos		(b)/(a)
	(a)		(b)			(a)		(b)		
Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%		
1 a 4	503	56,71	1085	16,86	2,16	409	58,43	825	18,98	2,02
5 a 9	202	22,77	1327	20,62	6,57	161	23,00	1041	23,95	6,47
10 a 14	89	10,03	1034	16,07	11,62	65	9,29	761	17,51	11,71
15 a 19	30	3,38	506	7,86	16,87	25	3,57	419	9,64	16,76
20 ou mais	63	7,10	2482	38,58	39,40	40	5,71	1301	29,93	32,53
<b>TOTAL</b>	<b>887</b>	<b>100</b>	<b>6434</b>	<b>100</b>	<b>7,25</b>	<b>700</b>	<b>100</b>	<b>4347</b>	<b>100</b>	<b>6,21</b>

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas Nominativas de Habitantes

A este respeito, uma análise feita numa amostra de 79 inventários *post-mortem*, dos quais, 71 possuíam escravos arrolados entre os bens avaliados, permitiu detectar a tendência geral dos preços dos escravos e dos valores investidos em cativos entre as décadas de 1770 e 1850. Desta análise, percebeu-se que o valor médio da posse de cativos foi de 2:085\$671 (dois contos, oitenta e cinco mil seiscentos e setenta e um réis) e o preço médio de cada escravo era de 116\$586 (cento e dezesseis mil quinhentos e oitenta e seis réis).

Gráfico 1 – Valores investidos em escravos, Vale do Rio Piranga (1770 – 1850)



Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. 1º e 2º Ofícios. Inventários *post-mortem*

Todavia, conforme destacado no Gráfico 1, entre as décadas de 1790 e 1820, os valores das escravarias inventariadas estiveram abaixo do valor médio de todo o período analisado, aumentando expressivamente a partir dos anos finais da década de 1820 e seguindo tendência crescente nas décadas seguintes. Este padrão detectado está claramente associado às tendências encontradas nos preços dos escravos, que desde finais da década de 1780 até 1820, apresentou oscilações crescentes, em seguida, fruto de medidas que já anunciavam o fim do tráfico de escravos, ampliando exponencialmente nas décadas de 1820 e 1830 (Gráfico 2).

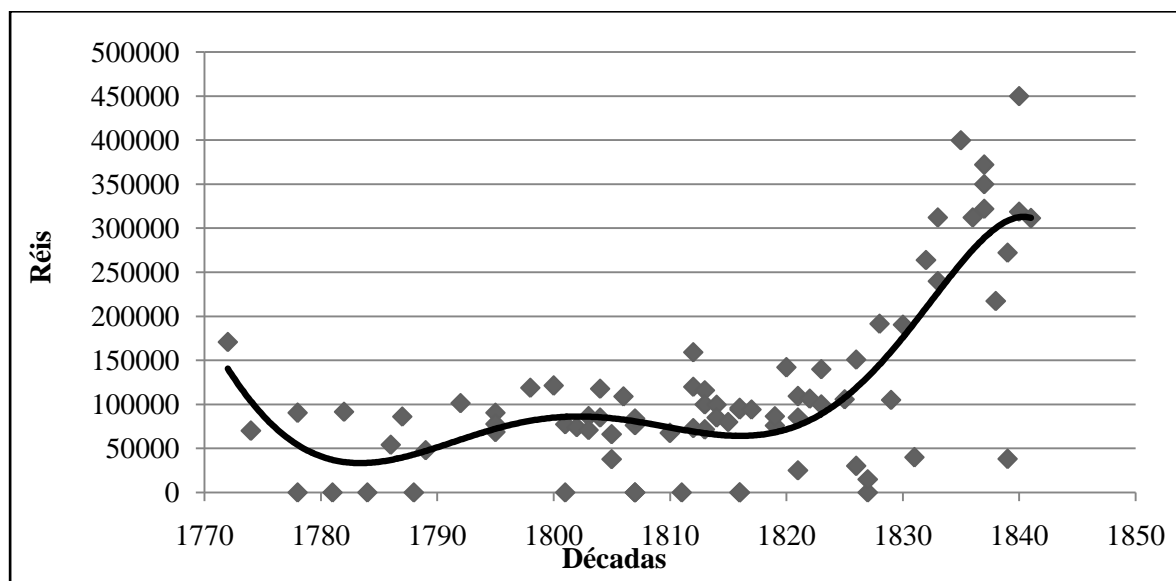
A partir destas informações, este artigo sugere que nas décadas finais do século XVIII e início do XIX, o aumento no preço dos escravos, impôs dificuldades à manutenção da propriedade escrava, que teve como consequência imediata a estabilidade dos valores investidos em escravos. Muitos destes cativos inventariados nos anos iniciais do século XIX foram incorporados a estas posses décadas antes, em momentos em que o preço do escravo era mais baixo. Com o aumento dos preços do cativo, muitas posses sofreram depreciação em função dos custos de reposição e da perda de investimento, quando não reproduzido, pela queda no preço do escravo ao longo do seu ciclo de vida.

As consequências deste cenário são detectadas nas Listas Nominativas de 1804, as quais apresentaram um Índice de Gini de 0,273 –quando considerados os domicílios com alguma posse –, cifra superior a encontrada no ano de 1831 (Tabela 9). Ainda, é de se destacar a expressividade das posses com “20 ou mais” cativos, nas quais concentravam-se quase 40% de todos os escravos recenseados e uma elevada média de 39,40 escravos por domicílio (Tabela 11). Portanto, um panorama que é reflexo da incapacidade das pequenas posses em manterem seus níveis reprodutivos, em constantes combates com os grandes proprietários, por sua vez, agressivamente aglomerando o capital escravista na busca por manter seus níveis de produção, mais capacitados em vencer a oscilação dos preços.

Cabe notar, este processo não se estendeu imutável nas décadas seguintes. É verdade que as desigualdades se acirraram (Tabela 9), mas, um olhar atento a Tabela 11, verá que, entre 1804 e 1831 houve uma expressiva diminuição da relevância numérica dos escravos listados na faixa de posse “20 ou mais”, enquanto nas outras, as variações foram todas positivas. Talvez algumas grandes propriedades (“20 ou mais”) possam ter sucumbido às oscilações de preço e reestruturações econômicas, aspecto que explicaria a drástica diminuição em seu percentual de concentração das posses.

Entretanto, retomam-se informações dispostas na Tabela 10, a partir da qual é possível perceber a magnitude do aumento no número de domicílios sem escravos. Estes, que em 1804 eram 40,79% de todos os domicílios, em 1831 correspondem a 64,89%, enquanto todas as outras faixas de posse experimentaram diminuição percentual. Em vista destes dados, uma conclusão plausível é falar que neste período esteve em curso a concentração das posses pela acentuação das desigualdades. Em outras palavras, não foi um processo em que invariavelmente expandiram as posses de grandes proprietários, em detrimento das pequenas posses, mas, primordialmente, a exasperação das disparidades entre proprietários de escravos e aqueles indivíduos sem posse alguma.

Gráfico 2 – Preços dos escravos, Vale do Rio Piranga (1770 – 1850)



Fonte: Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. 1º e 2º Ofícios. Inventários *post-mortem*

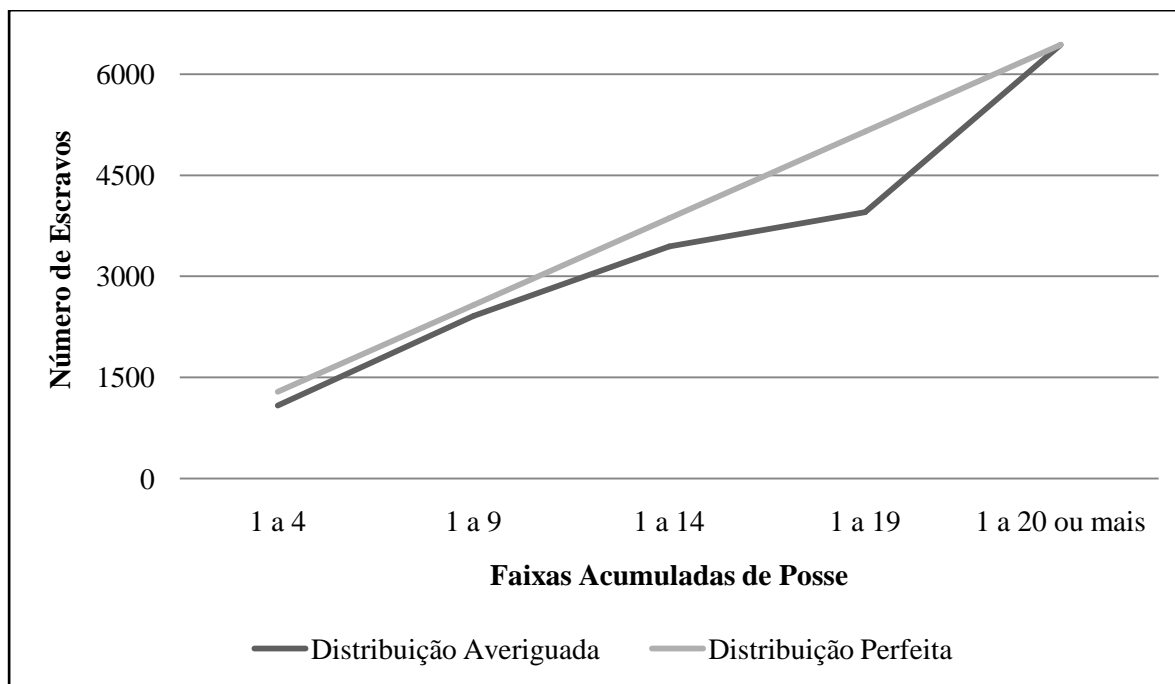
Sustenta-se esta conclusão, inicialmente pela desagregação da faixa posse “1 a 4” escravos. Enquanto no primeiro recenseamento 56,70% dos domicílios encontravam-se nesta faixa de posse, no seguinte, 55,46% eram proprietários de 1 a 4 escravos (Tabela 12), entre aqueles que possuíam somente 1 escravo, o aumento foi de 5,40%. Todavia, isto não significa a entrada de muitos indivíduos no seletivo grupo de proprietários, mas, a persistência de alguns em ceder aos custos de manutenção de suas posses e entregar-se unicamente à sua própria força de trabalho. Atentando-se aos dados de 1839, este processo fica mais claro, quando se percebe a perda da expressão percentual dos domicílios nesta faixa de posse.

Tabela 12 – Domicílios proprietários de 1 a 4 escravos, Vale do Rio Piranga (1804 – 1839)

Faixa de Posse	1804		1831		1839	
	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%
1	189	21,31	187	26,71	57	6,05
2	139	15,67	88	12,57	42	4,46
3	82	9,24	74	10,57	30	3,18
4	93	10,48	60	5,57	33	3,50
Soma	503	56,70	409	55,46	162	17,20

Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas Nominativas de Habitantes

Gráfico 3 – Adaptação da Curva de Lorenz à distribuição acumulada de escravos por faixa de posse, Vale do Rio Piranga (1804)



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas Nominativas de Habitantes

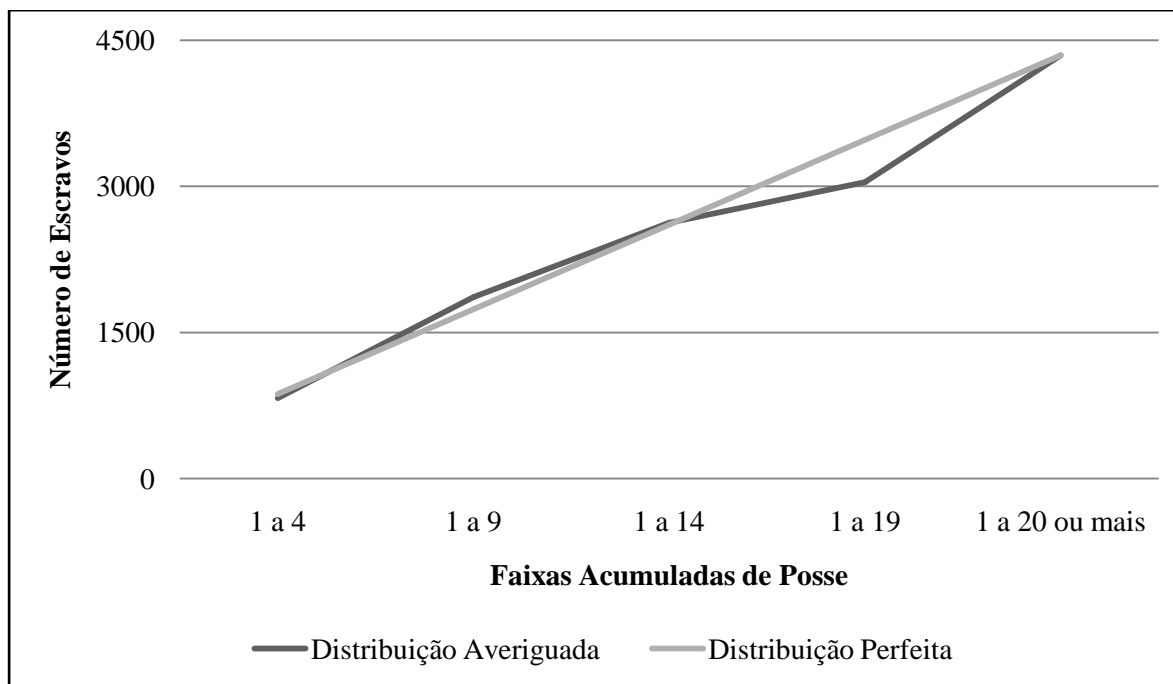
A segunda sustentação desta conclusão reside na comparação dos Gráficos 3 e 4, feitos a partir dos princípios analíticos da Curva de Lorenz, porém, adaptados às análises deste trabalho.<sup>54</sup> Na utilização empreendida neste artigo, a variável em análise foi o número de escravos por faixa de posse. Assim, a partir dos dados expostos na Tabela 11, ponderou-se a distribuição perfeita do número de escravos por faixa de posse, obtida a partir da divisão do número de domicílios com escravos recenseados por cinco, que são as faixas de posse, multiplicando o valor encontrado pelo número médio de escravos por domicílio.

Sobressai-se das duas configurações gráficas a maior distância entre as linhas do Gráfico 3, sintomático da já destacada maior concentração de escravos nas posses com “20 ou mais” escravos no ano de 1804, enquanto em 1831, em comparação com 1804, houve dispersão destas grandes posses. Por fim, merece atenção no Gráfico 4 as faixas acumuladas “1 a 9” e “1 a 14”, pois, apresentam valores superiores à distribuição perfeita, reflexo da maior concentração nestas posses, mais uma vez, indicativo da descentralização das posses com “20 ou mais” cativos.

Deste modo, este artigo sugere que análises sobre a posse de cativos deva considerar as oscilações nas faixas intermediárias como chave interpretativa das mudanças econômicas transcorridas nas primeiras décadas do século XIX. Através delas se vislumbra o movimento que de cima pra baixo impulsionava muitos para fora do mundo dos senhores de escravos. Mesmo com a variação nos preços dos cativos afetando todas as faixas de posse, não se pode deixar de lado, que nas capacidades produtivas das unidades escravistas estava o potencial em fazer frente às imposições do mercado. Por sua vez, associou-se a estas a vulnerabilidade em que se encontraram as pequenas posses em contextos de crise, as quais sucumbiram às pressões dos grandes proprietários por manterem seus padrões produtivos.

Gráfico 4 – Adaptação da Curva de Lorenz à distribuição acumulada de escravos por faixa de posse, Vale do Rio Piranga (1831)

<sup>54</sup> A Curva de Lorenz é um gráfico empregado para representar a disposição distributiva de determinada variável em um domínio determinado. Composto por duas linhas, onde uma representa a distribuição perfeita em progressão geométrica, a segunda é a distribuição averiguada da variável em análise. Neste tipo de gráfico, a área entre as duas linhas do gráfico representa as desigualdades na distribuição equitativa.



Fonte: Arquivo Público Mineiro. Listas Nominativas de Habitantes

### Estratégias familiares de manutenção da riqueza

Para dar vida aos dados até aqui apresentados, este artigo seguiu os rastros deixados no espaço do Vale do Rio Piranga por um domicílio recenseado no ano de 1804 até 1831. Diga-se de passagem, um dos grandes domicílios escravistas recenseados em ambas as Listas Nominativas, no esforço de compreender as estratégias postas em prática para manter suas posses.

No ano de 1804, o Capitão Antônio Gomes Sande é chefe de seu domicílio no qual foram recenseados 57 escravos. Sua escravaria é a segunda maior do seu distrito e a décima de todos os distritos do Vale do Rio Piranga. Em 1806, no dia 8 de Abril, ele faleceu deixando como herdeiros, sua esposa, quatro filhas e um filho, todos ainda menores.<sup>55</sup> É morador e proprietário da Fazenda Pirapetinga, reconhecida propriedade da localidade, herdada de seu sogro, homem enraizado naquelas paragens desde a metade do século XVIII.<sup>56</sup> Dos cinco filhos do casal, o único homem, homônimo do pai, seguiu carreira eclesiástica. Duas filhas, Maria Feliciane e Antônia, parecem ter permanecido celibatárias e provavelmente morrem ainda cedo, pois no ano de 1833 não aparecem como herdeiras no inventário de Dona Francisca Clara Umbelina de Jesus, esposa de Antônio Gomes Sande.<sup>57</sup> A filha mais velha do casal, Francisca Cândida de Oliveira Sande, casou-se no ano de 1811, com o Cirurgião-Mór Antônio Pedro Vidigal de Barros, português, natural da freguesia de São Miguel de Penella, Comarca de Coimbra.<sup>58</sup>

Antônio Pedro Vidigal de Barros, por sua vez, é listado em 1831 como chefe do antigo domicílio de seu sogro, proprietário de um efetivo escravo de 44 cativos, o maior da

<sup>55</sup> Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. 1º Ofício. Códice 25, Auto 645, *Inventário post-mortem do Capitão-mór Antônio Gomes Sande* (1807)

<sup>56</sup> ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. Terra de compadres: família e enraizamento social na freguesia de Guarapiranga, Séculos XVIII e XIX. In: BOTELHO, T. R.; ANDRADE, M. R.; LEMOS, G. (Orgs.) *Redes sociais e história*. Belo Horizonte: Veredas&Cenários, 2013. p.19-50

<sup>57</sup> Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. 1º Ofício. Códice 151, Auto 3174, *Inventário post-mortem de Francisca Clara Umbelina de Jesus* (1833)

<sup>58</sup> Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. 1º Ofício. Códice 97, Auto 2032, *Inventário post-mortem de Francisca Cândida de Oliveira Sande* (1819)

localidade. Todavia, chama-se atenção ao fato que neste recenseamento, não é mais casado com Francisca Cândida, mas, com Teresa Altina, quarta filha do Capitão Antônio Gomes Sande, portanto, irmã da primeira esposa de Antônio Pedro.

O primeiro matrimônio de Antônio Pedro durou apenas 8 anos, pois, em 1819, provavelmente no parto do filho Joaquim – o quinto filho do casal – o qual tinha somente 8 meses quando se deu o processo de abertura do inventário, Francisca Cândida precocemente veio a falecer. No contexto de reordenamento econômico das bases produtivas de Minas Gerais, a morte de uma das herdeiras leva a família a traçar novas estratégias para manutenção de seu patrimônio: o viúvo Antônio Pedro casa-se com a outra filha do falecido Antônio Gomes Sande, Dona Teresa Altina, com quem teve mais sete filhos, cinco homens e duas mulheres, irmãos-primos dos cinco filhos do primeiro casamento de Antônio Pedro.

Em 1833, faleceu Dona Francisca Clara, viúva do Capitão Antônio Gomes Sande e sogra de Antônio Pedro Vidigal de Barros, que é o seu inventariante. São arrolados no inventário 55 cativos e um monte-mór que ultrapassa a cifra dos trinta e um contos de réis. A Fazenda Pirapetinga aparece com duas sesmarias de terras de cultura, capoeiras e matos virgens, canaviais, engenho de água corrente, outro de bois e outro de mandioca. Novas terras de cultura e minerais são declaradas, adquiridas por compra a vizinhos próximos: cem alqueires contraídos aos herdeiros de Simão Ferreira da Silva, e uma “lavra de vieiro” acrescida de terras de cultura, que haviam sido do Capitão-Mor José Coelho Duarte, seu irmão. Vê-se que, passados quase 30 anos da morte do Capitão-Mór Antônio Gomes Sande, a unidade produtiva da família permaneceu quase intocável em suas características produtivas, conservando sua valência múltipla.

Por fim, estendendo a busca deste domicílio para o ano de 1839, encontra-se Antônio Pedro Vidigal de Barros como chefe de um domicílio onde coabitam sua esposa, oito filhos menores e 51 cativos, o terceiro maior efetivo da localidade. Neste momento, duas filhas do primeiro casamento já estavam casadas e um filho encaminhado para a vida eclesiástica. Uma delas, Dona Maria Micaela, casada com o Capitão Antônio de Araújo Ribeiro Vasconcelos, é recenseada na mesma lista de 1839, num domicílio vizinho ao de seu pai, onde além da filha de um ano do recém casal, são listados 12 escravos. No ano seguinte a este recenseamento, o Cirurgião faleceu, sendo sua esposa sua testamenteira e tutora de seus filhos menores. No inventário, novamente é arrolada a Fazenda Pirapetinga, com benfeitorias, canaviais, casas de morada e 150 barris de aguardente. Também são elencados 43 cativos e paiol com milho, arroz e feijão, em um monte-mór de 45:424\$315 réis.

A trajetória deste domicílio, além de reiterar o papel desenvolvido pela família em manter seu patrimônio indivisível, firmando alianças, garantindo as bases da reprodução social dos indivíduos, fornece interessantes aspectos para se continuar as reflexões sobre mudanças na estrutura da posse de cativos. No ano de 1819, quando é aberto o inventário da primeira esposa do Cirurgião Antônio Pedro, cinco escravos são arrolados entre os bens do casal, indicando que mesmo vivendo na mesma Fazenda Pirapetinga, valendo-se da mesma base produtiva estabelecida há décadas, era comum a divisão de parte da escravaria entre herdeiros quando se casavam. Muito provavelmente, uma prática que incentivava as bases produtivas do novo casal e mantinha a instituição familiar para além de um domicílio. Este mesmo aspecto pode ser percebido no casamento de Dona Maria Micaela, filha mais velha de Antônio Pedro. Em 1839, ao se cruzar o nome e idade dos 12 escravos recenseados em seu domicílio, há indicativos que 8 são escravos que ela herdou do domicílio de seus pais.

Certamente não resume as explicações, mas, estas constatações podem elucidar a diminuição no número de domicílios na faixa de posse “20 ou mais” escravos detectada entre 1804 e 1831. Sugere-se que grandes proprietários da localidade, tramando estratégias para

manter suas bases produtivas, teve que lidar com alianças matrimoniais que envolviam ceder escravos a nova unidade produtiva.

Por fim, no inventário de Dona Francisca Clara Umbelina de Jesus, esposa do Capitão Antônio Gomes Sande e sogra de Antônio Pedro, os dois chefes de domicílios recenseados em 1804 e 1831, respectivamente, viu-se que esta família expandiu as bases territoriais da Fazenda Pirapetinga através da compra de terras de vizinhos. Um deles, Simão Ferreira da Silva, recenseado em 1831, aos 42 anos, pardo, lavrador, casado com Efigênia Maria, 42 anos. Este casal vivia no domicílio de Josefa Domingues, 88 anos de idade, parda, proprietária de três escravos, onde também foram recenseados mais 7 indivíduos, todos pardos, livres, com idades entre 8 e 22 anos.

Não é evidente por esta documentação qual a relação de Simão com Josefa e os outros 7 indivíduos livres. Supõe-se que Josefa fosse sua mãe ou sogra e, a busca por este domicílio no ano de 1839, confirmou serem os outros sete indivíduos, filhos de Simão e Efigênia. Neste ano, Efigênia, é listada Efigênia Joaquina com 50 anos de idade, viúva, chefe de seu domicílio. No domicílio, além dela, são listados aqueles sete indivíduos, nesta documentação, explicitamente declarados como seus filhos, mais dois nascidos entre os dois recenseamentos e ainda, quatro escravos. Por último, numa busca por estes indivíduos no ano de 1804, encontrou-se Josefa Domingues, chefe de seu domicílio e proprietária de quatro cativos.

Diferente do outro domicílio analisado, o qual oscilou suas posses entre 4 e 5 dezenas de escravos, este domicílio esteve sempre entre a faixa dos pequenos proprietários. Na verdade, em vista da destacada acentuação das desigualdades e concentração das posses, em 1839, sob a chefia de Efigênia, pode-se dizer que compunha o seletivo grupo dos 17,20% proprietários de “1 a 4” escravos (Tabela 12), enquanto 67,20% dos domicílios recenseados não possuíam posse alguma. Acerca desta empreitada, o inventário de Dona Francisca Clara Umbelina de Jesus esclarece uma das estratégias que estes pequenos proprietários lançaram mão para manterem suas posses e as bases produtivas de seu domicílio: a venda de partes de suas terras, o que permitia a acumulação e reinvestimento do capital adquirido, ou mesmo, em casos extremos, sustentarem as condições mínimas de subsistência.

### **Conclusão**

Este artigo demonstrou que o aumento no preço dos cativos averiguado nas décadas iniciais do século XIX teve como implicação direta a concentração das posses de escravos, reiterando argumentos já postos pela historiografia. Por outro lado, a partir de minuciosa análise nos padrões da estrutura da posse de cativos, ofereceu uma contrapartida interpretativa. Ao se detectar expressivo aumento no número de domicílios sem escravos, chamou atenção para a acentuação das desigualdades entre aqueles que eram proprietários de escravos e os que não tinham posse alguma.

A análise de trajetórias domiciliares evidenciou estratégias de diferentes classes de proprietários, cada uma num extremo das faixas de posse. Enquanto grandes proprietários de escravos traçavam alianças matrimoniais que expandiam seu patrimônio, estendiam os limites de sua unidade produtiva e, eventualmente, para isso, dividiam parte do efetivo escravo; pequenos proprietários possuíam outro leque de oportunidades, que poderiam envolver até a venda de pedaços de terra. De todo modo, em ambos os extremos, os objetivos eram os mesmos: garantir as bases reprodutivas e não depender, unicamente, da própria força de trabalho.

Finalmente, este artigo defende que ao se ponderar as estratégias de manutenção das posses e do patrimônio familiar, deve-se ponderar esta conjuntura histórica em que cada vez mais se tornava inacessível a posse de cativos. Em outras palavras, em Minas Gerais, no



século XIX, ser senhor de escravos, mesmo que de pequenas posses, já significava compor um distinto grupo com potencial privilegiado de reprodução econômica.